

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

053/2026

CONTRATANTE (UASG)
982333

OBJETO

O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de máquinas e veículos de pequeno, médio e grande porte visando atender as demandas da Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo, conforme condições e quantidades estabelecidas neste ETP.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 9.586.127,04

Estudo Técnico Preliminar 053/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 053/2026

2. Descrição da necessidade

2.1 O Estudo Técnico Preliminar definido pelo art. 6º, XX, da Lei nº 14.133/2021, é definido como documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.

2.2 O Art. 2º, XI, da Instrução Normativa nº 1, de 04/04/2019, da Secretária de Governo Digital do Ministério da Economia, constitui a primeira etapa do planejamento de uma contratação (planejamento preliminar) e serve essencialmente para: assegurar a viabilidade técnica e econômica da contratação, bem como o tratamento de seu impacto ambiental; e embasar o termo de referência ou o projeto básico, que somente é elaborado se a contratação for considerada viável.

2.3 Durante este Estudo, diversos aspectos foram levantados para que os gestores certifiquem-se de que existe uma necessidade de negócio claramente definida, há condições de atendê-la, os riscos de atendê-la são gerenciáveis e os resultados pretendidos com a contratação valem o preço estimado inicialmente.

2.4 A pretendida contratação é necessária para Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo, tendo em vista, o novo cenário estabelecido pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, onde este diploma legal estabeleceu novo marco das contratações públicas.

2.5 Assim, faz-se necessário a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DE PEQUENO, MÉDIO E GRANDE PORTE.

2.6 O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade subsidiar a Administração no tocante ao procedimento licitatório para a contratação de empresa especializada na prestação do serviço de locação de máquinas e veículos visando atender as demandas da Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo.

3. Problema identificado

A Administração Pública enfrenta atualmente restrições operacionais significativas relacionadas à disponibilidade, à confiabilidade e à adequação de máquinas e veículos necessários à execução de suas atividades finalísticas, notadamente aquelas vinculadas à manutenção de vias, execução de obras, serviços de infraestrutura, apoio logístico e atendimento a demandas emergenciais.

Grande parte da frota própria encontra-se defasada, com elevado índice de desgaste mecânico, demandando manutenções frequentes, o que resulta em paralisações recorrentes, aumento do tempo de inatividade dos equipamentos e comprometimento da continuidade

dos serviços públicos. Ademais, os custos de manutenção corretiva e preventiva, somados às despesas com aquisição de peças, seguros, impostos e gestão da frota, têm se mostrado economicamente onerosos, reduzindo a eficiência na alocação dos recursos públicos.

Outro problema relevante refere-se à insuficiência quantitativa e à inadequação técnica dos equipamentos disponíveis frente às demandas atuais e sazonais, especialmente em períodos de maior necessidade operacional, como ações de recuperação de estradas, atendimento a situações emergenciais e execução de obras públicas. Tal cenário gera atrasos na execução dos serviços, aumento do retrabalho e risco de descumprimento de prazos administrativos e contratuais.

Adicionalmente, a manutenção de frota própria ou a ausência de contratos vigentes de locação expõe a Administração a riscos operacionais e jurídicos, tais como indisponibilidade imediata de equipamentos, dificuldade de substituição em caso de falhas, além de impactos negativos na qualidade dos serviços prestados à população.

Nesse contexto, a realização de nova licitação para a locação de máquinas e veículos, com especificações técnicas adequadas, níveis mínimos de desempenho, manutenção incluída e possibilidade de substituição imediata, apresenta-se como solução eficiente, economicamente vantajosa e alinhada aos princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e gestão por resultados, previstos na Lei nº 14.133/2021.

A contratação permitirá, portanto, mitigar os problemas atualmente existentes, assegurar a disponibilidade contínua de equipamentos em condições operacionais adequadas, reduzir custos indiretos de manutenção e gestão de frota, além de conferir maior flexibilidade à Administração para atender às demandas variáveis de seus serviços.

4. Justificativa:

A abertura de novo processo licitatório justifica-se pela necessidade permanente de utilização de máquinas pesadas e veículos para a execução das atividades finalísticas da Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo, tais como serviços de terraplenagem, pavimentação, manutenção de vias públicas, drenagem, limpeza urbana e apoio a obras e serviços essenciais. Ressalta-se que o parque de máquinas próprio do município é insuficiente ou, em determinados casos, apresenta elevado custo de manutenção, além de eventual indisponibilidade por desgaste natural, obsolescência ou necessidade de reparos.

Nesse contexto, a locação mostra-se a alternativa mais vantajosa para a Administração Pública, por proporcionar economicidade, flexibilidade operacional, redução de custos com manutenção, seguro, depreciação e substituição de equipamentos, além de permitir a rápida adequação às demandas sazonais. Ademais, o novo certame faz-se necessário em razão do término da vigência contratual anterior e/ou da inexistência de contrato vigente que atenda integralmente às necessidades atuais, sendo imprescindível garantir a continuidade dos serviços públicos essenciais, em observância aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público, conforme disposto na legislação aplicável.

5. Área requisitante

5.1 Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo.

6. Descrição dos Requisitos da Contratação

- a. Os itens a serem licitados estão discriminados inicialmente no Documento Oficial de Demanda e detalhado no item 9.
 - b. As especificações dos itens são as consideradas mínimas e qualquer referência a marcas ou modelos são meramente referenciais, podendo ser aceitos produtos superiores ou similares aos especificados, contanto que possuam as características mínimas de desempenho. Também serão aceitos equipamentos com componentes em regime de OEM (*Original Equipment Manufacturer*, ou *"Fabricante Original do Equipamento"*)
 - c. Seguindo o entendimento do TCU de que *"é admissível a flexibilização de critério de julgamento da proposta, na hipótese em que o produto ofertado apresentar qualidade superior à especificada no edital, não tiver havido prejuízo para a competitividade do certame e o preço obtido revelar-se vantajoso para a administração"* (Acórdão 394/2013- Plenário, TC 044.822/2012-0, relator Ministro Raimundo Carreiro, 6.3.2013), se o produto ofertado atender os pressupostos elencados nesse Acórdão, ou seja, (a) o produto ofertado é superior, (b) não haver prejuízo à competitividade e (c) o preço resultante for vantajoso à Administração, comprovados por meio de diligências, estes poderão ser aceitos.
 - d. Os bens/serviços objeto da aquisição estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Materiais - CATMAT e CATSERV do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG.
 - e. Critérios de sustentabilidade:
 - i. Bens com menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água, dando preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
 - ii. Bens com maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia e que possuam maior vida útil e maior capacidade de impressão;
 - iii. Bens que utilizem inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais e possuam origem ambientalmente regular dos recursos naturais;
 - iv. Bens que utilizem peças, componentes, acessórios ou qualquer outro material que sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclável, atóxico e, quando for o caso, biodegradável;
 - v. Bens que utilizem de peças, componentes, acessórios ou qualquer outro material sustentável ou de menor impacto ambiental e que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil- polibromados (PBDEs);
- 6.6 Os bens deverão ser entregues nos endereços da Unidade Gestora Gerenciadora (UGG) e Participantes (UGP), se houver.

7. Levantamento de Mercado

- a. Quanto ao Levantamento das Alternativas e a Análise de projetos similares realizados por outros órgãos da Administração, constatou-se que há alternativas viáveis no caso concreto, além de uma situação peculiar de localização da Unidade.

b. Análise das soluções existentes:

Requisitos	Opções
Atende aos objetivos da Administração	SIM (X) NÃO ()
Instaurar procedimento licitatório	SIM (X) NÃO ()

8. Descrição da solução como um todo

8.1 Solução Escolhida: Gerenciar procedimento licitatório modalidade PREGÃO ELETRÔNICO.

8.2 Bens que compõe a solução:

8.2.1 Não é caso.

8.3 Serviços que compõem a solução

8.3.1 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DE PEQUENO, MÉDIO E GRANDE PORTE, VISANDO ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO.

8.4 Justificativa

2.7 8.4.1 As quantidades a serem adquiridas espelham-se no quantitativo necessário para a demanda destas secretarias, em função da demanda do município, buscando atender assim, a necessidade da população belo-jardinense. As qualificações e quantidades estão expressos em mais detalhes no Projeto Básico.

9. Estimativa das Quantidades a Serem Contratadas

9.1 Conforme Documento Oficial de Demanda e Termo de Referência.

10. Estimativa do Valor da Contratação

10.1 O valor total da contratação está estimado no Termo de Referência.

10.2 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

11. Justificativa Para o Parcelamento ou Não da Solução

11.1 O objeto da licitação é necessário para as atividades ligadas a Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo, os objetos contemplados por este ETP não serão parcelados, tendo em vista, a economia de escala, redução dos custos e maior vantagem na contratação do mesmo fornecedor ou o objeto configura sistema único e integrado ou a padronização e escolha levou a fornecedor exclusivo.

11.2 Esta solução do item anterior está amparada pelo Art. 40, § 2º, da Lei nº 14.133/21.

11.3 O não parcelamento dos itens no presente processo licitatório para locação de máquinas e veículos encontra respaldo direto na Lei nº 14.133/2021, especialmente em seus dispositivos que tratam do parcelamento do objeto e da busca pela proposta mais vantajosa. Nos termos do art. 40, §3º, a Administração deve promover o parcelamento do objeto sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, sendo legítima a não divisão em itens isolados quando o agrupamento se mostrar mais eficiente sob o ponto de vista operacional e econômico. Ademais, o art. 23, §1º, estabelece que a definição do objeto deve considerar as condições de mercado, podendo a Administração estruturar a contratação em lotes quando isso favorecer a competitividade e a economia de escala. Ainda, o art. 11 reforça o dever de observância dos princípios da eficiência, economicidade e planejamento, os quais são atendidos pelo agrupamento dos itens, tendo em vista a interdependência dos serviços, a padronização da execução e a redução de custos administrativos e contratuais. Dessa forma, a opção pelo julgamento por grupo de itens encontra amparo legal e se mostra a alternativa mais adequada para assegurar a execução eficiente e integrada do objeto contratado.

11.4 A súmula 247 do Tribunal de Contas da União é tácita ao afirmar: É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

11.5 Não haverá o parcelamento da solução como forma de evitar erros decorrentes das operações de uma licitação excessivamente extensa e cujos itens sejam de segmentos diferentes.

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

12.1 As contratações decorrentes deste processo serão seguidas de novas licitações que contemplaram itens de diferentes segmentos dentro do setor de Infraestrutura.

12.2 O presente ETP versará especificamente sobre a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DE PEQUENO, MÉDIO E GRANDE PORTE VISANDO ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO.

13. Alinhamento Entre a Contratação e o Planejamento

13.1 As aquisições têm por finalidade atender as necessidades elencadas e priorizadas em reunião com o Departamento de Compras e Ordenador de Despesas, além de levantamento de necessidades realizado.

13.2 A contratação está em conformidade com item 4 deste estudo.

14. Resultados Pretendidos

14.1 Atender a população do Município de Belo Jardim-PE;

- 14.2 Busca de resultados positivos para Administração atingindo a sua atividade finalística;
- 14.3 Manutenção dos padrões exigidos e almejados;

15 . Providências a Serem Adotadas

- 15.1 Não há necessidade de adequação do ambiente para execução da contratação.

16 Possíveis Impactos Ambientais

16.1 Possíveis impactos ambientais envolvidos na aquisição bem como emprego dos materiais contemplados neste ETP são de risco calculado, fiscalizações elencadas na execução do contrato e não constituem fator de inviabilidade para aquisição.

17 Declaração de Viabilidade

- 17.1 Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18. Justificativa da Viabilidade

18.1 Com base no exposto acima, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, que inclui critérios e práticas de sustentabilidade, a Equipe de Planejamento da Contratação considera que a contratação é viável, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Administração.

19. Responsáveis

JOEDNA DE SOUZA SANTOS
Secretária de Infraestrutura e Urbanismo

THIAGO FERREIRA DINIZ
Setor de Compras da Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo